



O uso de plataformas *online* em pesquisas sobre participação cidadã

Me. Juliana Couto Trujillo

Pesquisa de Doutorado em andamento: Da cidade participativa à cidade colaborativa.

Orientador Prof. Assoc. Dr. Marcelo Tramontano

Resumo

Este artigo apresenta parte da discussão que vem sendo desenvolvida na pesquisa de doutorado Cidade participativa à cidade colaborativa desenvolvida no Nomads.usp, com objetivo de refletir sobre métodos de pesquisa considerando a participação comunitária em processos de intervenção urbana. Entendemos que as plataformas *online* de consulta pública podem contribuir com a construção de conhecimento sobre a cidade.

Palavras-chave: Processos metodológicos; Estudos urbanos; Plataformas *online*; Participação comunitária; *Práxis*.

1. Sobre método e participação

Ao iniciarmos, retomamos a questão de método, tema do seminário Flash! 08. Para Calderón (1971), método é um conjunto de regras úteis para a investigação, é um procedimento cuidadosamente elaborado que visa provocar respostas na natureza e na sociedade, e, gradativamente, descobrir suas lógicas e leis. A palavra método significa, “caminho para chegar a um fim” é, portanto, o caminho em direção a um objetivo.

A metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar a um fim proposto pela pesquisa e não deve ser confundida com o conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas). Dessa forma, a metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo. No entanto, embora não sejam a mesma coisa, teoria e método são dois termos inseparáveis (LAKATOS; MARCONI, 2013).

Quando consideramos a participação comunitária na pesquisa, recorreremos ao arcabouço teórico em que a pesquisa se insere e os conceitos que a fundamentam, no nosso caso, coloca em discussão o papel da administração pública nos processos coletivos de tomada de decisão.

Procuramos procedimentos metodológicos que possibilitam a participação e a contribuição ativa de todos os atores envolvidos no processo de intervenção urbana, aqui entendido de forma mais ampla, que vai além da discussão sobre as proposições projetuais para o espaço público construído mas também sobre as formas de gerir a cidade em relação à cultura e políticas públicas.

Essa contribuição ativa dos atores parte do princípio da auto-organização e das formas de comunicação e trocas de informações que privilegiam uma abordagem de processos do tipo *bottom-up*, cuja dinâmica é estabelecida a partir da interação dos múltiplos agentes, seguindo acordos pré-estabelecidos, estimulando a horizontalidade (PRATSCHKE et al., 2005).

Os meios digitais como plataformas *online* de consulta pública tornam possível uma aproximação na relação de igualdade entre os diferentes atores que atuam no processo, e podem favorecer o engajamento do participante através de uma compreensão dos modos de vida mais aprofundada, tornando os conflitos e potencialidades da comunidade mais evidentes.

É preciso pensar numa estrutura onde todos que colaboram tenham autorização para realizar modificações e apresentar formas de trabalho, e onde possam em um momento liderar e em outro momento, serem liderados. “A possibilidade de processos colaborativos e horizontais, quando acompanhados pela mediação da informação entre todos os envolvidos, sinaliza a produção do espaço urbano assentada nas bases da coexistência socioespacial” (MARTELETO; NÓBREGA; MORADO NASCIMENTO, 2013, p. 91)

A pesquisa de doutorado faz uma escolha metodológica fundamentada na *práxis*: a teoria alimenta a prática e essa prática é reflexiva, nos termos de Paulo Freire (1970), e vão realimentar a teoria.

2. A participação no estudo dos fenômenos urbanos

Os estudos dos fenômenos urbanos são fortalecidos com a criação da sociologia como ciência, especificamente da sociologia urbana e a sistematização do conhecimento. Havia uma preocupação com a elaboração teórica com rigor lógico na definição da ciência, mas, mais ainda, a necessidade para enfrentar os problemas “práticos” urgentes ligados ao crescimento das cidades, industrialização e desenvolvimento capitalista. Esse fato traz consigo uma série de fenômenos urbanos desconhecidos até então e problemas de planejamento urbano. (LAKATOS; MARCONI, 2013).

Os grandes estudos de Sociologia Urbana do século XIX e início do século XX ressaltaram aspectos permanentes da evolução das sociedades industriais, como por exemplo, as observações de Émile Durkheim sobre a importância do aumento de volume, densidade e

heterogeneidade, retomada por Louis Wirth; os trabalhos de Max Weber sobre o novo tipo de homem e a independência das condições geográficas; Georg Simmel e a identificação da atitude *blasé* nas metrópoles e os processos de interação entre indivíduos e grupos e as formas de sociabilidade.

Charles Cooley entende que a sociedade é mais do que a soma dos indivíduos, é uma “unidade” que coincide com a “unidade da mente social”, constituída pela organização e não por acordos entre indivíduos. Assim, é fundamental para a sociedade o fenômeno da comunicação entre os seres humanos. (LAKATOS; MARCONI, 2013) A unidade da mente social de Cooley se aproxima do conceito de inteligência coletiva de Pierre Lévy e dos princípios de Edgar Morin sobre a teoria do pensamento complexo.

A inteligência coletiva de Lévy é uma inteligência distribuída por toda parte, constantemente valorizada, coordenada em tempo real e que resulta em uma mobilização efetiva das competências. Tratando de métodos e teorias que envolvem a participação da comunidade, o conceito defendido por Lévy traz reflexões importantes à pesquisa, principalmente no que se refere à mobilização das competências. Se num processo colaborativo consideramos a necessidade da horizontalidade na comunicação e troca de conhecimento entre os atores envolvidos, Lévy diz que para mobilizar as competências é necessário identificá-las. E para apontá-las é preciso reconhecê-las em toda a sua diversidade. Métodos que envolvem ações em comunidades podem fazer revelar os modos de vida, os atores ativos, seu conhecimento e práticas.

A questão do reconhecimento é fundamental, tem por finalidade uma melhor administração das competências nas coletividades e especialmente possui uma dimensão ético-política. Na era do conhecimento, deixar de reconhecer o outro em sua inteligência é recusar-lhe sua verdadeira identidade social, é alimentar seu ressentimento e sua hostilidade, sua humilhação, a frustração de onde surge a violência. (LÉVY, 1994)

Isso explica, por exemplo, como a “invisibilidade” de parte de atores de um grande sistema como a cidade pode desestabilizar, gerar violência, agressividade, falta de segurança, não apropriação do espaço, medo, entre outros problemas sociais urbanos. Por outro lado, quando há reconhecimento dos saberes do outro, contribuimos para mobilizá-lo e favorecer o engajamento em processos participativos.

Igualmente importantes para a pesquisa estão os princípios do pensamento complexo abordados por Morin. Para ele “a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico”. (MORIN, 2011, p. 13). Teorias que envolvem sistemas e complexidades pressupõem que fenômenos não podem ser entendidos com base no estudo das partes isoladamente, mas sim das relações que os compõem.

Nessa perspectiva, um processo colaborativo que ocorre a partir das relações de troca entre os atores envolvidos pode ter como resultado um fenômeno emergente. Morin (2013) chama de emergências os fenômenos que partem de um sistema, que é um conjunto organizado de partes diferentes, produtor de qualidades que não existiriam se as partes estivessem isoladas

umas das outras. A cidade, como já foi dito, é um sistema complexo. E essas emergências são desejadas num sistema complexo, que está aberto ao imprevisto, para que possibilite novos aprendizados.

Aproximando da fenomenologia de Husserl e Merleau-Ponty, todo saber se fundamenta em um mundo prévio de experiências vividas, e para a teoria fenomenológica, a existência situa-se em um “horizonte de experiências” (MONTANER, 2017).

Essa abordagem sistêmica apresenta um possível modo de compreender as relações que ocorrem nos processos colaborativos bem como os fenômenos que podem emergir dessas relações, tanto do ponto de vista do produto, como o que resulta das plataformas digitais de consulta pública, mas também sobre o próprio processo, como o aprendizado que o cidadão pode obter através desses meios digitais de comunicação e troca de informação, assim como o processo de fazer um filme documentário.

A teoria da Conversação, proposta pelo ciberneticista Gordon Pask (1975), possui uma abordagem sistêmica e se propõe explicar a aprendizagem em organismos vivos e em máquinas. A ideia principal da teoria da Conversação é de que a aprendizagem ocorre através de conversações sobre um determinado assunto que serve para tornar um conhecimento explícito. Inicia-se entre dois ou mais participantes que determinam o assunto a ser discutido e a linguagem a ser utilizada, que pode ser falada ou escrita, mas precisa estar formalizada em um quadro normativo entre os participantes.

Considerando o uso de plataforma digitais para processos participativos e colaborativos, a linguagem pode ser diversa: falada, escrita, por imagens e vídeos, por exemplo. Portanto, há plataformas que propiciam vários níveis de participação e diferentes formas de expressão, constituindo uma linguagem ampla e complexa, e que deve ser compreendida por todos os participantes.

Hugh Dubberly e Paul Pangaro (2009) dizem que o processo conversacional acontece quando os participantes executam as seguintes tarefas, nesta ordem: 1. Quando abrem um canal de comunicação; 2. Que os participantes se comprometam a se envolver na conversação; 3. Que construam um sentido no processo de troca de informações, baseadas na linguagem e normas sociais convencionados; 4. Que se envolvam e construam um aprendizado juntos, a partir da troca de saberes; 5. Que, a partir do diálogo, se chegue em um entendimento, podendo ser um consenso ou um dissenso; 6. Permitir a emergência, significando que, às vezes, pode resultar uma ação. O processo de conversação entre os participantes permite que eles tenham um aprendizado, uma negociação e uma colaboração, partindo do princípio de que para negociar uma ação coletiva, é necessário que tenham os objetivos claros.

3. A *práxis* para a construção de conhecimento sobre a cidade

A mediação digital permite a promoção da interação entre as pessoas, o que Castells (2015) chama de autocomunicação, isto é, o uso da Internet e das redes sem fio como plataformas de comunicação digital, de muitos para muitos.

Vislumbra-se então a possibilidade de que esses meios podem integrar um espaço híbrido que agrega características do espaço físico e do espaço digital, combinando essas duas naturezas distintas (TRAMONTANO; SANTOS, 2013). Essa combinação pode permitir que a comunidade tenha reflexões mais ampliadas e promovem a capacidade das multidões, cérebros e corpos conectados em rede, para criar e auto-organizar uma ação coletiva (TORET, 2013).

Plataformas *online* de participação cidadã possibilitam a ampliação dos procedimentos metodológicos clássicos para a aproximação e identificação de desejos e necessidades de indivíduos e grupos da comunidade, dificilmente perceptíveis de outra maneira, em geral evidenciando conflitos existentes no território. (TRAMONTANO; TRUJILLO, 2019).

Para além das contribuições das plataformas *online* em processos participativos e, aproximando do tema da discussão do seminário Flash! 08, entendemos que elas são um instrumento da metodologia de pesquisa. Por meio delas não temos somente a coleta de dados, troca de informação e comunicação entre os atores envolvidos no processo, que irão incrementar a pesquisa, mas também compõe parte da construção metodológica.

A teoria da Complexidade, derivada das teorias dos Sistemas, da Informação e Comunicação e da Cibernética e a teoria da Conversação, apontam os caminhos a serem seguidos para a concepção das plataformas *online*. Estas alimentam a construção de conhecimento sobre a cidade através da *práxis*. Ao conceber, desenvolver, apresentar a plataforma *online* para participação e fomentar seu uso é uma decisão de colocar em prática a teoria, e, através dela, visitar a teoria.

A plataforma também é um sistema e a construção desse sistema é um método que organiza as informações para contribuir na área de estudos urbanos.

É partir deste sentido organizacional que a utilização da mediação digital como potencializadora de processos cada vez mais democráticos, participativos e colaborativos, não apenas na gestão das cidades e de seus recursos, mas também na retroalimentação das reflexões sobre os modos de vida e os fluxos de atividades do cotidiano.

Referências

CALDERÓN, A. **Antropologia social**. México: Ed. Oásis, 1971.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

DUBBERLY, H.; HAQUE, U.; PANGARO, P. What is Interaction? Are There Different Types? **Interactions Magazine**, ACM, v. XVI.1, Jan./Fev. 2009. Disponível em: <<http://www.dubberly.com/articles/what-is-interaction.html>>. Acesso em: 20 Ago. 2017

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Sociologia geral**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTELETO, R.; NÓBREGA, N.; MORADO NASCIMENTO, D. Cultura informacional: demarcações de uma linha de estudos de cultura, informação e sociedade. In: ALBAGLI, S. (Org.) **Fronteiras da ciência da informação**. Brasília, DF: IBICT, 2013. p. 78-106.

MONTANER, J. M. **Do diagrama às experiências**: rumo a uma arquitetura de ação. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PASK, G. **Conversation, cognition, and learning**. New York: Elsevier, 1975.

PRATSCHKE, A.; ALMEIDA, C. R. P.; ROCCA, R. L.; SANTIAGO, R. P. Da participação a colaboração: Estruturando ambientes digitais de conhecimento. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE GRÁFICA DIGITAL - SIGRADI, 9., 2005, Lima. **Anais...** Lima: Sigradi e Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas, 2005, v. 1. p. 315-320.

TRAMONTANO, M., SANTOS, D. M. (Org.) **Territórios híbridos**: ações culturais, espaço público e meios digitais. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP, 2013.

TRAMONTANO, M. TRUJILLO, J. C. Compartilhando decisões: plataformas *online* para participação cidadã. In: 9º Seminário Internacional Projetar: Privilégios, Conflitos e Possibilidades, 2019, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2019. v. 1. p. 671-679.

TORET, J. (Coord). **Tecnopolítica**: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida. Barcelona: IN3 Working Paper Series, UOC, 2013.

VELHO, O. G. (Org.) **O fenômeno urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.